



# **FNHIS SUB 50**

## **FAQ**

## SUMÁRIO

1. REGULAMENTAÇÃO, 3
2. CÓDIGO DO PROGRAMA, 3
3. RECURSOS, 4
4. FORMAS DE CONTRATAÇÃO, 4
5. CRONOGRAMA, 4
6. PÚBLICO-ALVO, 4
7. FORMALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS NO TGOV, 4
8. CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS, 5
9. CLÁUSULA SUSPENSIVA, 5
10. COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO E METAS, 7
11. CONTRAPARTIDA, 8
12. TERRENO, 8
13. TIPOLOGIAS PROPOSTAS, 10
14. VALOR E ESPECIFICAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL (UH), 11
15. ADIMPLÊNCIA NO SNHIS, 13
16. PROJETOS, 14
17. PROPONENTE, 14
18. TRABALHO SOCIAL (TS), 15
19. INDICAÇÃO DAS FAMÍLIAS, 16
20. SELEÇÃO DOS BENEFICIARIOS, 17

## **Seleção Novo PAC - FNHIS Sub 50**

### **REGRAMENTOS E PERGUNTAS FREQUENTES.**

#### **1. REGULAMENTAÇÃO**

##### **Quais são as portarias que regulamentam o programa?**

Portaria MCID 1.416/2023: Regramentos do Programa.

Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 32/2024: Regulamenta as transferências obrigatórias no âmbito do Novo PAC.

Portaria MCID 673/2024: Abre o processo de seleção.

Portaria MCID 786/2024: Dispõe sobre os limite de rendadas famílias beneficiadas

Portaria MCID 865/2024: Abre o processo de seleção em municípios em situação de emergência ou de estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

Portaria MCID 1.310/2024: Divulga o Processo de Seleção.

Portaria MCID 1.341/2024: Divulga o Processo de Seleção dos municípios em emergência ou de estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

Portaria MCID 1.354/2024: Divulga o Processo de Seleção dos municípios em emergência ou de estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

Portaria Conjunta MIDR/MCID nº 1/2024: Estabelece diretrizes e procedimentos de avaliação das unidades habitacionais destruídas e interditadas por desastres naturais

Resolução CGFNHIS 60/2024: Estabelece prazos para cumprimento dos requisitos de adesão ao SNHIS

Resolução CGFNHIS 61/2024: Estabelece novas condições para o termo de adesão ao SNHIS

#### **2. CÓDIGO DO PROGRAMA MCMV FNHIS SUB 50 NO TRANSFEREGOV**

Programa 5600020240048 – Seleção divulgada para Portaria 1.310/2024.

Programa 5600020240047 - Para as propostas do Estado do Rio Grande do Sul, divulgadas pelas Portarias 1.341/2024 e Portaria 1.354/2024.

### 3. RECURSOS DO MCMV FNHIS SUB 50

Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para o FNHIS Sub 50 provêm da ação Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social do FNHIS (16.482.2220.00TI), contrapartida do Receptor e outras fontes que venham a ser definidas.

### 4. FORMAS DE CONTRATAÇÃO DO MCMV FNHIS SUB 50 NO

Transferência Obrigatória – assinatura de Termo de Compromisso

### 5. CRONOGRAMA CONTRATAÇÃO 2024

#### **Cadastramento das propostas no Transferegov:**

- **Até 10/12/2024:** para os entes selecionados pela Portaria MCID nº 1.310/2024
- **Até 29/11/2024:** para os entes selecionados pela portaria MCID nº 1.341 do estado do Rio Grande do Sul.
- **Até 04/12/2024:** para os entes selecionados pela Portaria MCID nº 1.354 do estado do Rio Grande do Sul
- Contratação das propostas: **até 31/12/2024** para todos os casos

### 6. PÚBLICO-ALVO

#### **Quem pode acessar os benefícios do FNHIS Sub-50?**

O público-alvo do FNHIS Sub-50 são famílias com renda mensal bruta até R\$ 2.850,00 (Faixa Urbano 1), admitindo-se o atendimento de renda enquadrada na Faixa Urbano 2 (até R\$ 4.700,00) em casos específicos, como o caso da seleção de calamidade do RS divulgada pelas Portarias MCID 1.341/2024 E 1.354/2024.

### 7. FORMALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS NO TRANSFEREGOV

#### **Quais são os passos para formalização da proposta?**

- O ente público deverá realizar o preenchimento das informações correspondentes na plataforma [Transferegov](https://transferegov.org) para registro de sua aprovação pelo Ministério das Cidades.

- O cadastro de Propostas é de responsabilidade do órgão/entidade Recebedor selecionado pelas Portarias do MCID.
- Para cadastramento da proposta insere os dados da proposta com o número do programa no qual o município foi selecionado e procede com a formalização até a sua conclusão e obter o status de proposta cadastrada com sucesso.
- Deve ser observado o número reservado na proposta selecionada, na ABA – Dados dos Beneficiários do Programa PAC, nos dados do programa.
- A proposta deve estar em consonância com o Programa disponibilizado pelo Repassador (MCID).
- O Objeto a ser cadastrado deve ser genérico, não conter a quantidade das UH a serem produzidas, nem o endereço do terreno.

Para apoio no cadastramento segue o link de acesso ao [Tutorial](https://www.gov.br/transferegov/pt-br/manuais/transferegov/selecao-novo-pac) para cadastramento de propostas na plataforma e demais informações: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/manuais/transferegov/selecao-novo-pac>.

Atentar para os requisitos da área destinada à produção de unidades habitacionais que deverá ser indicada pelo Recebedor no momento do cadastramento da proposta.

## **8. CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **Quais são os requisitos para a contratação com Cláusula Suspensiva?**

Para formalizar a proposta que foi selecionada e aprovada pelo Ministério das Cidades, mediante assinatura de termo de compromisso com a CAIXA (com cláusula suspensiva), o Recebedor deverá apresentar:

- a) plano de trabalho;
- d) documentos que comprovem sua regularidade institucional e do prefeito ou do governador e da autoridade interveniente, ou dirigente máximo de entidades da administração pública indireta.
- c) Termo de Adesão ao SNHIS, para aqueles Entes que ainda não tenham feito a adesão anteriormente (Modelo do Termo de Adesão será divulgado brevemente)
- d) Declaração de contrapartida (somente em caso de prevista no TC, uma vez que não é obrigatória)

## **9. CLÁUSULA SUSPENSIVA**

**Prazo para atendimento: Até 30/11/2025.**

**Documentação prevista para a atendimento posteriormente, no prazo definido para a Cláusula Suspensiva:**

O termo de compromisso poderá conter cláusulas suspensivas relacionadas à apresentação de:

- a) documentos que comprovem titularidade das áreas em que serão produzidas ou adquiridas as unidades habitacionais;

*Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 32/2024*

*"Art16 (...)*

*§ 1º Para retirada da condição suspensiva, liberação dos recursos e início da execução do objeto pactuado, poderá ser aceita declaração do Chefe do Poder Executivo, sob as penas do art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, de que o recebedor é detentor da posse da área objeto da intervenção, quando se tratar de área pública, devendo a regularização formal da propriedade ser comprovada até o final da execução do objeto pactuado(...)."*

- b) anteprojetos ou projetos de engenharia e arquitetura e projeto de trabalho social;

No caso das propostas destinadas ao atendimento da calamidade do RS, deverá constar como cláusula suspensiva a definição das famílias elegíveis com base no processo definido pela Portaria nº 682, de 2024, do Ministério das Cidades, e pela Portaria Conjunta MIDR/MCID nº 1, de 2024.

O termo de compromisso poderá ser plurianual, conforme previsão contida no Decreto nº 93.872, de 1986, e nesse caso, terá previsão de empenho de recursos à conta de dotações orçamentárias do exercício presente e de exercícios futuros, em função da disponibilidade orçamentária do Ministério das Cidades.

No caso das propostas destinadas ao atendimento da calamidade do RS, o empenho dos recursos será realizado no valor total, correspondente ao objeto pactuado.

Para o cumprimento da questão da Titularidade e atendimento desse item da cláusula suspensiva, é possível a apresentação de Declaração do Chefe do Poder Executivo sobre a posse da área, desde que a regularização seja concluída até a prestação de contas final do TC.

## 10. COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO E METAS

### **O que é considerado no valor de investimento para a execução das obras e serviços?**

O valor de investimento inclui todos os custos necessários para a execução do objeto pactuado, considerando os recursos do FNHIS e de contrapartida dos entes públicos, quando houver.

O Quadro de Composição de Investimento - QCI deve ser composto exclusivamente pelos itens discriminados no item 11 do Anexo I da Portaria MCID nº 1.416/2023. Para separar as metas e submetas no Transferegov, considere a mesma estrutura do QCI.

Os valores correspondentes aos serviços preliminares, instalação de canteiro, de acampamento, mobilização e desmobilização, terraplenagem e administração local devem ser distribuídos nos itens de investimento, nos limites descritos no item 11 do Anexo I da Portaria MCID nº 1.416/2023.

**A regularização fundiária não é item de investimento:** o terreno é pré-requisito e suas condições de titularidade devem estar legalmente formalizadas. A documentação necessária para comprovação de titularidade da área deve ser apresentada até o vencimento da condição suspensiva.

*Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 32/2024*

*"Art16 (...)*

*§ 1º Para retirada da condição suspensiva, liberação dos recursos e início da execução do objeto pactuado, poderá ser aceita declaração do Chefe do Poder Executivo, sob as penas do art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, de que o recebedor é detentor da posse da área objeto da intervenção, quando se tratar de área pública, devendo a regularização formal da propriedade ser comprovada até o final da execução do objeto pactuado(...)."*

### **O QCI será composto pelos seguintes itens:**

**Projetos:** Custos de revisão ou elaboração de estudos, planos e projetos técnicos (até 5% do valor total do repasse).

**Terreno:** Custos de aquisição, desapropriação, avaliação e legalização da área destinada às unidades habitacionais.

**Produção ou aquisição de unidade habitacional:** Custos de produção ou aquisição de unidades habitacionais conforme especificações do Anexo II da Portaria MCID 1.416/2023.

**Abastecimento de água:** Custos de obras de rede de distribuição, perfuração de poço ou outra solução individual, incluindo ligações intradomiciliares e hidrômetros.

**Pavimentação e obras viárias:** Custos de obras de terraplenagem, subleito, encascalhamento, revestimento, meio-fio, calçadas, guias e sarjetas, e obras de arte especiais.

**Ligações domiciliares de energia elétrica e iluminação pública:** Custos de obras e serviços para ligações domiciliares e implantação de rede de energia e iluminação.

**Esgotamento sanitário:** Custos de obras para execução de fossa, sumidouro ou rede coletora, construção de estação de tratamento de esgoto e elevatória.

**Drenagem pluvial:** Custos de execução de rede de drenagem, incluindo microdrenagem e, complementarmente, macrodrenagem.

**Redes de telecomunicações:** Custos de infraestrutura necessária às redes de telecomunicações e internet de alta velocidade, desde que executados juntamente com os itens de infraestrutura básica.

## **11. CONTRAPARTIDA**

**Obrigatoriedade:** não é obrigatória.

**Complementação:** pode ser aportada para complementar o valor da produção ou aquisição das Unidades Habitacionais (UH).

**Terreno:** o valor do terreno, de titularidade do Recebedor ou da família beneficiada, poderá compor o valor do investimento como contrapartida, mas não é obrigatório.

**Natureza da Contrapartida:** pode ser financeira, de bens imóveis urbanos ou de serviços, se economicamente mensuráveis.

**Valor Apresentado:** deve ser apresentado no processo de seleção.

Vedação: é vedada a aceitação como contrapartida de obras e serviços executados anteriormente à data de assinatura do termo de compromisso.

**Comprovação:** necessária a comprovação da contrapartida (CP) financeira para a formalização do termo de compromisso, se houver.

## **12. TERRENO**

**Onde podem estar localizadas as unidades habitacionais produzidas ou adquiridas?**

As unidades habitacionais podem estar localizadas em:



- Poligonal única;
- Lotes dispersos na malha urbana;
- Lotes dos próprios beneficiários, desde que as condições de titularidade estejam legalmente formalizadas.

Não há necessidade de o valor do terreno compor o investimento, o que deve ser avaliado pela CAIXA, nos termos da legislação aplicável, é a titularidade do terreno.

### **Alteração da área selecionada:**

É possível realizar a alteração da área da proposta, conforme os seguintes parâmetros:

- a) alterar para lote(s) do(s) beneficiário(s) em substituição à área de titularidade do ente público indicada inicialmente - consultar o MCidades para homologação desta alteração;
- b) alterar para área de titularidade do ente público em substituição à área de titularidade do ente público indicada inicialmente – não há óbice para alteração;
- c) alterar para área de titularidade do ente público em substituição à(s) área(s) de titularidade do(s) beneficiário(s) indicada(s) inicialmente – não há óbice para alteração.

Ao realizar o cadastramento da proposta, é recomendável que a indicação do objeto seja feita de forma genérica, sem indicação de endereço em que serão construídas ou adquiridas as unidades habitacionais.

As áreas substitutas devem atender aos requisitos da Portaria MCID nº 1.416/2023

### **Nos casos de terrenos que foram doados, o valor desse terreno deve ser somado ao valor de repasse da seleção para compor o valor de investimento do contrato?**

Não há necessidade da composição do valor do bem na proposta, o que deve ser avaliado pela CAIXA, nos termos da legislação aplicável, é a titularidade do terreno.

### **Pode usar área institucional para construção dos imóveis?**

O município teria que desafetar a área e alterar o uso.

**Pode ser executado em loteamento que já possui toda infra, porém, não é do município ?**

Sim, desde que a comprovação do exercício de plenos poderes inerentes à propriedade do imóvel atendam ao previsto no Art. 16 da Portaria Conjunta 32/2024 que rege o Novo PAC.

**A quantidade de unidades pode ser dividida em mais de um terreno?**

Sim, poderão ser produzidas UHs em um ou mais terrenos do recebedor e em terreno das famílias beneficiadas, de forma a contemplar o total das UH selecionadas.

**Sobre o Parcelamento do Solo a área do terreno já está devidamente parcelada e registrada?**

Não precisa estar parcelada, mas a titularidade precisa estar legalmente formalizada, com a comprovação do exercício de plenos poderes inerentes à propriedade do imóvel atendam ao previsto no Art. 16 da Portaria Conjunta 32/2024 que rege o Novo PAC.

**Caso não esteja, quais os passos para adequação do parcelamento às normas vigentes?**

O parcelamento deve seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 6.766 e normas de ordenamento do solo municipais.

**Existe previsão de tempo e custo adicional para regularização de áreas não parceladas?**

Não

**Pode aquisição/produção em área rural?**

As construções do FNHIS serão sempre em área urbana ou expansão de expansão urbana, de acordo com a legislação municipal, sempre em terrenos considerados fora da área de risco.

Para atendimento em área rural, os beneficiários podem ser atendidos pelo MCMV-Rural Calamidade RS, seguindo outro processo que não esse do Transferegov.

**13. TIPOLOGIAS PROPOSTAS**

As propostas podem contemplar a produção ou aquisição de unidades habitacionais em parcelas legalmente definidas de uma área, que venham a dispor no mínimo de solução adequada de abastecimento de água, esgotamento

sanitário, energia elétrica, drenagem, pavimentação e com os riscos ambientais devidamente controlados ou mitigados

**Caso o município tenha apresentado proposta para aquisição de UH ele pode alterar a proposta para construção, ou vice-versa?**

A tipologia da proposta selecionada pode ser alterada nas seguintes condições:

- a) Proposta cadastrada como aquisição podem ser alteradas para produção.
- b) Propostas cadastradas como produção não podem ser alteradas para aquisição.

**A portaria permite a aquisição habitacional ou a produção habitacional. Pode ter proposta parte aquisição e parte produção, ou seja, mista? Ex.: 10 UH aquisição e 10 UH produção.**

Não há vedação por parte dos normativos do Programa.

No caso de aquisição de unidades habitacionais, a CAIXA deverá verificar se o valor de aquisição está compatível com o mercado imobiliário.

**Em casos de aquisição, será feita avaliação imobiliária?**

No caso de aquisição de unidade habitacional, a CAIXA cumprirá o papel de acompanhar, avaliar o valor de aquisição com base no mercado local, aferir a execução do objeto pactuado e verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas.

**Modalidade lotes diversos?**

Pode ser em uma única poligonal, ou em lotes dispersos, tanto de posse do município ou já dos beneficiários

## **14. VALOR E ESPECIFICAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL**

**Área Mínima:** 40 m<sup>2</sup>

**Valor máximo de repasse do FNHIS por UH:**

- a) R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para unidades habitacionais selecionadas pela Portaria MCID nº 1.310/2024; e
- b) R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para unidades habitacionais selecionadas pelas Portarias MCID nº 1.341/2024 e nº 1.354/2024.

Caso os recursos sejam insuficientes para construção ou aquisição das unidades habitacionais, o ente público deverá aportar contrapartida para compor o valor de investimento.

**Requisitos mínimos para a produção ou aquisição de unidades habitacionais:**

Atender aos padrões e especificações técnicas definidos no Anexo II da Portaria nº 1.416/2023;

Respeitar os limites de valor a ser repassado do FNHIS por unidade habitacional; e realizar ações de trabalho social com as famílias beneficiadas, visando promover participação, inserção social, melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

**Temos o projeto do loteamento e as matrículas individualizadas por lote, porém não tem infra, o valor de R\$ 130 mil já contempla a infra ou é necessário aportar contrapartida?**

O repasse de R\$ 130 mil é o valor disponibilizado para que as unidades sejam entregues aos beneficiários incluindo a infra essencial prevista na Portaria 1416/2023. Havendo necessidade de complementação de recursos, pode ser aportada Contrapartida.

**Esse valor é ajustável de acordo com a localização ou características específicas do terreno?**

Não

**Quais são os requisitos mínimos para a produção ou aquisição de UH?**

As intervenções devem contemplar a produção ou aquisição de UH em áreas que disponham de:

- Solução adequada de abastecimento de água.
- Esgotamento sanitário.
- Energia elétrica.
- Drenagem.
- Pavimentação.
- Controle ou mitigação de riscos ambientais.

**Quais são os parâmetros que as UH devem observar?**

As UH devem:

- Atender aos padrões e especificações técnicas definidos no Anexo II .
- Respeitar os limites de valor a ser repassado pela União por unidade habitacional.

- Realizar ações de trabalho social com as famílias beneficiadas, visando promover a participação, inserção social, melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

**Quantas UH devem ser reservadas para idosos e pessoas com deficiência?**

O empreendimento deve prever reserva de 3% das unidades habitacionais para idosos e 3% para pessoas com deficiência.

**É possível ser feito em apartamentos?**

Conforme portaria 16/2023, item 1.5: Além da solução de unidade térrea, é permitida a contrução ou aquisição de unidade habitacional sobreposta ou sobrado, em quaisquer dos casos podendo ser implantada em lote com recuos laterais ou geminadas.

1.5.1 Não é permitida habitação multifamiliar e edificação em mais de dois pavimentos.

**É permitida estrutura em Light Steel Frame?**

A critério do autor e responsável técnico do projeto, o sistema estrutural da edificação poderá ser em estrutura de concreto armado, estrutura de alvenaria estrutural ou estrutura metálica quando a obra não estiver localizada em regiões litorâneas ou em ambientes agressivos a esse material, desde que atendam à norma de Desempenho de Edificações Habitacionais (ABNT NBR 15.575).

**Quais as especificações da cobertura, é necessária a execução de laje de concreto?**

A cobertura deve ser executada em telha cerâmica ou fibrocimento, sobre estrutura de madeira ou metálica, com especificação, tratamento e dimensionamento que atendam à NBR 15.575 – Edificações Habitacionais.

É vedado o uso de estrutura metálica quando a obra estiver localizada em regiões litorâneas ou em ambientes agressivos a esse material.

É obrigatório o emprego de forro em gesso, madeira ou PVC ou laje de concreto em toda a moradia.

**15. ADIMPLÊNCIA NO SNHIS**

A adesão ao SNHIS está disciplinada pelas Resoluções CGFNHIS nº 60 e 61, de 2024.

Para contratação em 2024 será necessário somente formalizar o termo de adesão no ato da contratação da proposta, de acordo com modelo disponibilizado pelo MCID.

## 16. PROJETOS

### **Haverá projeto padrão de engenharia para as UH?**

Não haverá projeto padrão. No entanto, existem especificações mínimas a serem atendidas, conforme Anexo II da Portaria 1416/2023.

### **Existe a possibilidade de aplicar um projeto padrão para o Trabalho Social nos contratos do Sub-50?**

Um Termo de Referência (TR) padrão está em estudo.

## 17. PROPONENTE/RECEBEDOR

### **Para as propostas apresentadas pelos estados, tendo como beneficiários os municípios, quem deve realizar a contratação: o estado ou o município? Quem será o executor? Quem faz o cadastro no TGOV?**

A formalização do termo de compromisso será realizada pelo ente que apresentou a proposta selecionada, cabendo a esse ente o papel de Recebedor/Executor.

No entanto, o ente que desejar alterar o CNPJ proponente da carta-consulta deverá encaminhar solicitação formal dirigida ao Ministério das Cidades pelo e-mail [snh.dhr@cidades.gov.br](mailto:snh.dhr@cidades.gov.br), colocando no assunto: URGENTE – Substituição de CNPJ proposta selecionada FNHIS. **Essa alteração deverá ser feita antes da formalização da nova proposta.**

A CAIXA também poderá receber esse tipo de pleito, que deverá ser direcionado a GIGOV/REGOV que atende o Ente. Ao receber o pleito, A CAIXA providenciará o envio ao MCID para as proviências de alteração.

Além do Recebedor, há a possibilidade de indicação de Interveniente e Unidade Executora, conforme previsto na Portaria Conjunta 32/2024:

- a) Interveniente: órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, independentemente de pertencer ou estar vinculado ao recebedor, inclusive consórcio público, ou entidade privada que participe do termo de compromisso para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio, incluindo a responsabilidade pela execução do objeto, a critério do recebedor
- b) Unidade executora: órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer esfera de governo, inclusive consórcio público de

direito público, que participe do instrumento, sobre o qual recai a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, a critério do recebedor, desde que aprovado previamente pelo repassador ou mandatária;

## 18. TRABALHO SOCIAL (TS)

### **O TS é item obrigatório?**

De acordo com a Portaria MCID nº 1.416/2023, o TS compõe o investimento e é **atividade obrigatória** para todas as famílias beneficiadas pela intervenção e **deve compor o QCI**.

### **O TS pode ser apresentado como contrapartida física?**

De acordo com a Portaria MCID nº 1416, de 06/11/2023, o Recebedor pode apresentar contrapartida por meio de recursos financeiros, de bens imóveis urbanos ou de serviços, se economicamente mensuráveis, cujo valor será definido no momento da apresentação da proposta no processo de seleção.

Essas ações podem ser custeadas com recursos de repasse do FNHIS ou com recursos de contrapartida dos entes públicos.

Caso seja custeado com recursos do FNHIS, o valor recomendado de 2,5% poderá ser abatido dos R\$ 130 mil, ou dos R\$ 150 mil (atendimento da calamidade do RS), por unidade habitacional

O Recebedor deverá comprovar que os recursos referentes à contrapartida financeira (se for o caso) estejam devidamente assegurados no momento da celebração do termo de compromisso por meio da apresentação da Declaração de Contrapartida.

### **Se o valor do Trabalho Social for apresentado como contrapartida física, o valor recomendado de 2,5% poderá ser utilizado em infraestrutura?**

Sim, o valor pode ser utilizado em infraestrutura.

### **No caso de ser apenas contrapartida física, como é feito o acompanhamento pela CAIXA. Como verificar a execução do TS nesse caso?**

Não há previsão de acompanhamento financeiro pela Caixa em caso de contrapartida física. Para comprovação, a CAIXA analisa os produtos do trabalho social no relatório final.

**Considerando o valor de seleção de R\$130 mil por UH, o valor do TS poderá ser reduzido do valor das UH ou entraria como contrapartida?**

No caso de serem utilizados valores do repasse para o TS, o montante deve ser reduzido do valor por UH da proposta.

O valor do TS também pode entrar como contrapartida financeira.

**O Projeto do Trabalho Social (PTS) compõe a cláusula suspensiva?**

Sim, conforme Manual de Instruções de Contratação e Execução - MICE do PAC do Ministério das Cidades, o projeto de trabalho social - PTS é peça documental necessária para a eficácia do instrumento celebrado, portanto, caso não seja apresentado para contratação, será objeto de cláusula suspensiva

**Quando a indicação das famílias deverá ocorrer? Deverá ser entregue juntamente com o PTS?**

O PTS deve ser apresentado até o momento da retirada da cláusula suspensiva, conforme apresentado nas questões anteriores, entretanto, a listagem com as famílias beneficiadas é uma das atividades a serem realizadas durante a execução do TS (Trabalho Social) e deverá ser apresentada até o marco de 50% de execução das obras.

Para os contratos do Rio Grande do Sul, a listagem das famílias beneficiadas deve compor a cláusula suspensiva, conforme já esclarecido no item que trata de Cláusula suspensiva.

**O valor de TS recomendável é 2,5% do VI, mas um valor mínimo pode ser apresentado pelo Recebedor?**

Não existe valor mínimo estabelecido para o TS, mas ele deve corresponder aos custos de execução do conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, que leve em conta as dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e das famílias beneficiadas além das características específicas da intervenção.

**19. INDICAÇÃO DAS FAMÍLIAS**

A indicação das famílias ocorre até o momento em que tenha sido executada 50% da obra física e a listagem das famílias beneficiadas pode ser realizada durante a execução do TS.



Para os contratos de proposta selecionadas no Estado do Rio Grande do Sul, a listagem das famílias beneficiadas deve compor cláusula suspensiva, pois a definição ocorre com base no processo definido pela Portaria nº 682, de 2024, do Ministério das Cidades, e pela Portaria Conjunta MIDR/MCID nº 1, de 2024.

## **20. SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

### **Quem é responsável pelo processo de seleção dos beneficiários?**

O Recebedor é responsável pelo processo de seleção dos beneficiários, observando os limites de renda, critérios e vedações definidos na legislação aplicável.

### **Limites de renda:**

- a) Faixa Urbano 1, correspondente a até R\$ 2.850,00; ou
- b) Faixa Urbano 2, correspondente a até R\$ 4.700,00, nos casos de famílias que tenham perdido seu único imóvel em função de terem sido deslocadas involuntariamente em decorrência da execução de programas e ações sob a gestão do governo federal ou de desastres qualificados como situação de emergência ou calamidade pública reconhecidos pela União

Para fins do cálculo do valor da renda não serão considerados os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, seguro-desemprego durante o período de defeso da atividade pesqueira, Benefício de Prestação Continuada - BPC, benefício do Programa Bolsa Família.

### **Quais famílias têm prioridade na seleção?**

Famílias com as seguintes características têm prioridade:

- Mulher responsável pela unidade familiar.
- Membro com deficiência, idoso, criança, adolescente, pessoa com câncer ou doença rara crônica e degenerativa.
- Em situação de vulnerabilidade ou risco social.
- Em situação de emergência ou calamidade.
- Deslocamento involuntário devido a obras públicas.
- Mulher vítima de violência doméstica.
- Residente em área de risco.
- Menor renda per capita.
- Integrante de comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas.

### **Quais são as vedações para a participação das famílias?**

Famílias não podem participar se:

- a) Titulares de contrato de financiamento com recursos do FGTS.

- b) Proprietárias, promitentes compradoras ou titulares de direito de uso de imóvel residencial regular.
- c) Receberam benefícios similares nos últimos dez anos

**Existem exceções para as vedações?**

Sim, as vedações não se aplicam se a família:

- I. Desfez-se de imóvel por decisão judicial há no mínimo cinco anos.
- II. Desfez-se de propriedade em comum há no mínimo cinco anos.
- III. Possui fração ideal de imóvel por herança ou doação até 40%.
- IV. Desfez-se de imóvel antes da união do casal.
- V. Renunciou ao usufruto vitalício.
- VI. Perdeu imóvel por situação de emergência ou calamidade.
- VII. Está em reassentamento ou remanejamento devido a obras públicas.

**Existe alguma exceção para famílias deslocadas involuntariamente?**

Sim, para famílias que perderam seu único imóvel devido a programas governamentais ou desastres reconhecidos, a renda familiar bruta mensal pode ser de até R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais – Faixa II do MCMV, que é o caso das seleções de calamidade divulgadas pelas Portaria 1341/2024 e 1354/2024).

**O que deve ser feito antes do enquadramento dos candidatos a beneficiário?**

Os dados devem ser inscritos ou atualizados no CadÚnico pelo Recebedor. No caso das seleções de Calamidade do Rio Grande do Sul, as famílias deverão ser cadastradas também no **S2ID**.

**Quando o Recebedor deve indicar os beneficiários?**

Os beneficiários devem ser indicados até o momento em que se complete 50% da execução das obras e serviços, mas nada impede que possam ser selecionados no início das obras.

Para as propostas selecionadas na Portaria MCID 1341/2024 e 1354/2024, atentar para o item que trata da Cláusula Suspensiva.